

Exposição de Motivos

Os princípios e regras que devem ser observados pelos regimes de acesso e exercício das atividades de serviços realizadas em território nacional encontram-se previstos no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

A presente proposta de lei visa conformar com aquela Diretiva o regime que actualmente regula a atividade da construção, constante do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, **entretanto alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de junho, mas que ainda assim** carece de ajustamentos, ditados pelo objetivo de aligeirar, em termos de concorrência internacional, as exigências atualmente estabelecidas quanto à prestação de serviços por parte dos agentes da referida fileira provenientes de outros Estados membros.

Com a presente lei introduzem-se, assim, profundas alterações no regime legal que regula o exercício da atividade de construção em território nacional, reduzindo-se custos de contexto através da simplificação dos procedimentos administrativos, e garantindo-se um acesso mais fácil ao exercício da atividade, visando tornar o mercado de serviços mais competitivo, contribuindo desse modo para o crescimento económico e para a criação de emprego.

Nas principais alterações introduzidas face ao quadro até aqui vigente salienta-se a separação do regime de acesso ao mercado de construção consoante se trate de obras públicas ou de obras particulares, na medida em que são também distintas as normas comunitárias que disciplinam os dois sectores: as Diretivas sobre contratação pública, no primeiro caso, e a Diretiva Serviços, aplicável a ambos mas sobretudo ao segundo.

Por último, por razões de ordem sistemática e tendo em vista a clarificação do enquadramento jurídico desta atividade, opta-se por inserir como anexos no texto legal um conjunto de matérias de natureza regulamentar até aqui constante de portarias avulsas.

Foi ouvida a Comissão de Regulação do Acesso a Profissões.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte Proposta de Lei:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

A presente lei aplica-se a empresas que executem obras públicas ou particulares em território nacional.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente diploma, entende-se por:

- a*) «Atividade de construção», a atividade que tem por objeto a realização de obras, englobando todo o conjunto de atos que sejam necessários à sua concretização;
- b*) «Empresa de construção», «empreiteiro» ou «construtor», a pessoa singular ou coletiva que se encontre habilitada pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., doravante designado por InCI, a exercer a atividade da construção nos termos da presente lei;
- c*) «Empreiteiro de obras públicas», a pessoa singular ou coletiva habilitada, nos termos da presente lei, para a execução de empreitadas de obras públicas;
- d*) «Empreiteiro de obras particulares», a pessoa singular ou coletiva habilitada, nos termos da presente lei, para a execução de obras promovidas por entidades particulares;
- e*) «Obra», o resultado de trabalhos de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, reabilitação, limpeza, restauro e demolição de bens imóveis;
- f*) «Obra pública», a obra cuja adjudicação seja regida pelo Código dos Contratos Públicos;
- g*) **«Dono da obra» a entidade por conta de quem a obra é realizada, o dono da obra pública tal como este é definido no CCP, o concessionário relativamente a obra executada com base em contrato de concessão de obra pública, bem como qualquer pessoa ou entidade que contrate a elaboração do projeto;**
- h*) «Habilitação», a faculdade reconhecida pela presente lei ou atribuída ou reconhecida pelo InCI, por permissão administrativa ou registo, a uma empresa para exercer legalmente a atividade da construção em território nacional,

executando obras e trabalhos compreendidos nas diversas classes e, no que se refere a obras públicas, nas diversas categorias e subcategorias;

- i)* «Categorias», os diversos tipos de obra compreendidos nas habilitações dos empreiteiros de obras públicas;
- j)* «Subcategorias», as obras ou trabalhos especializados em que se dividem as categorias, compreendidos nas habilitações dos empreiteiros de obras públicas;
- k)* «Classe», o escalão de valores das obras que as empresas de construção estão habilitadas a executar;
- l)* «Permissão administrativa», o alvará, o certificado ou a declaração de habilitação para determinada obra pública, emitida pelo InCI nos termos do artigo 22.º;
- m)* «Alvará», a permissão, emitida pelo InCI em suporte eletrónico e comprovável mediante consulta na respetiva página eletrónica e no balcão único eletrónico dos serviços, que habilita a empresa de construção a realizar obras e trabalhos cujo valor não exceda o limite previsto para a respetiva classe e, no que se refere às obras públicas, que estejam compreendidos nas subcategorias que elenca;
- n)* «Certificado», a permissão, emitida pelo InCI em suporte eletrónico e comprovável mediante consulta na respetiva página eletrónica e no balcão único eletrónico dos serviços, que habilita a empresa de construção a realizar obras e trabalhos cujo valor não exceda o limite previsto na presente lei e, no que se refere às obras públicas, que estejam compreendidos em determinadas subcategorias;
- o)* «Registo», o reconhecimento de que uma empresa de construção, estabelecida noutro Estado do espaço económico europeu ou nacional de Estado membro da Organização Mundial do Comércio, se encontra habilitada a exercer, estabelecida em Portugal ou aqui em regime de livre prestação de serviços nos termos do n.º 2 do artigo 28.º, a atividade de empreiteiro de obras particulares em território nacional, feito pelo InCI em suporte eletrónico e comprovável mediante consulta na respetiva página eletrónica e no balcão único eletrónico dos serviços;
- p)* «Subcontratação», a entrega, mediante contrato, de uma empresa de construção a outra da execução de parte dos trabalhos que lhe foram adjudicados pelo dono da obra;
- q)* «Segurança das pessoas», a razão imperiosa de interesse público, que determina a necessidade de eliminar ou minorar os riscos para a integridade física das pessoas.

Artigo 4.º

Exercício da atividade de construção

1 - A atividade de construção em território nacional só pode ser exercida por:

- a)* Pessoas singulares cujo domicílio se situe em qualquer Estado do espaço económico europeu;
- b)* Pessoas coletivas cuja sede se situe em qualquer Estado do espaço económico europeu e tenham sido constituídas ao abrigo da lei de qualquer desses Estados;
- c)* Pessoas singulares ou coletivas nacionais de qualquer Estado membro da Organização Mundial do Comércio, que se estabeleçam em Portugal, nomeadamente através de representação permanente em Portugal constituída ao abrigo da lei portuguesa, ou que executem obra pública nos termos do artigo 22.º.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 28.º, o exercício da atividade de construção em território nacional depende, por razões de segurança das pessoas, de permissão administrativa do InCI, ou mero registo efetuado junto do mesmo, nos termos da presente lei.

3 – Existem 9 classes de alvarás com categorias e subcategorias conforme portaria.

4 – Cada classe de alvará terá que ter um número mínimo de técnicos de segurança.

CAPÍTULO II

Exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas

SECÇÃO I

Exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas por prestadores estabelecidos em Portugal

SUBSECÇÃO I

Licenciamento

Artigo 5.º

Ingresso na atividade

Sem prejuízo do disposto no artigo 21.º, o exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas por prestador estabelecido em território nacional depende de alvará ou certificado a conceder pelo InCI, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 6.º

Alvará de empreiteiro de obras públicas

1 - O ingresso na atividade de empreiteiro de obras públicas mediante alvará, a requerer nos termos do artigo 12.º, depende do preenchimento cumulativo, pelos requerentes, dos seguintes requisitos:

- a) Possuir idoneidade comercial, conforme o disposto no artigo 9.º;
- b) Possuir capacidade técnica, conforme o disposto no artigo 10.º;
- c) Possuir capacidade económico-financeira, conforme o disposto no artigo 11.º;
- d) Ser titular de seguro de acidentes de trabalho.

2 - O alvará de obras públicas habilita a empresa a executar trabalhos de construção que se enquadrem nas categorias e subcategorias nele identificadas, conforme previsto no anexo I à presente lei, que dela constitui parte integrante, e nas classes respectivas aprovadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da construção.

3 - O alvará de empreiteiro de obras públicas habilita ainda a empresa de construção a executar obras particulares cujo valor se inclua na classe para que está autorizada.

4 - O alvará é válido por tempo indeterminado, sem prejuízo do controlo oficioso dos respetivos requisitos e do seu cancelamento ou suspensão, nos termos da presente lei.

5 - A detenção de alvará de empreiteiro de obras públicas não isenta o titular do cumprimento da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.

Artigo 7.º

Certificado de empreiteiro de obras públicas

1 - O ingresso na atividade de empreiteiro de obras públicas mediante certificado, a requerer nos termos do artigo 12.º, depende do preenchimento cumulativo, pelos requerentes, dos seguintes requisitos:

- a) Possuir idoneidade comercial, conforme o disposto no artigo 9.º;
- b) Possuir capacidade técnica, nos termos do disposto no artigo 10.º;
- c) Ser titular de seguro de acidentes de trabalho.

2 - O certificado habilita a empresa a executar trabalhos de construção cujo valor não exceda 20% do limite fixado para a classe 1 e se enquadrem nas subcategorias de trabalhos previstas no anexo II à presente lei, que dela constitui parte integrante.

3 - O certificado de empreiteiro de obras públicas habilita ainda a empresa a executar obras particulares de idêntica natureza e valor.

4 - O certificado é válido por tempo indeterminado, sem prejuízo do controlo oficioso dos respetivos requisitos e do seu cancelamento ou suspensão, nos termos da presente lei.

5 - A detenção de certificado de empreiteiro de obras públicas não isenta o titular do cumprimento da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.

Artigo 8.º

Adequação das habilitações

Sem prejuízo do disposto nos artigos 19.º e 20.º, nos procedimentos de formação de contratos de empreitadas de obras públicas, a empresa de construção responsável pela obra deve ser detentora de habilitação contendo subcategoria em classe que cubra o valor global daquela, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma, sem prejuízo da exigência de habilitação noutras classes e subcategorias relativas às restantes obras e trabalhos a executar.

Artigo 9.º

Idoneidade comercial

1 - Não são consideradas comercialmente idóneas as empresas de construção e respectivos representantes legais que tenham sido declarados insolventes, salvo se decretado judicialmente plano de insolvência.

2 - As pessoas singulares e as pessoas coletivas e seus representantes legais que tenham sido proibidos do exercício do comércio ou da atividade da construção, são também considerados, durante o período em que a proibição vigore, como comercialmente não idóneos.

3 - São ainda considerados como comercialmente não idóneos as pessoas singulares e as pessoas coletivas e seus representantes legais que tenham sido objeto de três decisões condenatórias definitivas pela prática dolosa de ilícitos de mera ordenação social muito graves, previstos na presente lei.

4 - Para efeitos do número anterior, são tomadas em consideração, cumulativamente, as condenações de pessoa singular, a título individual ou na qualidade de representante legal de pessoa coletiva, e as condenações de pessoa coletiva de que aquela pessoa singular tenha sido representante legal.

5 - Deixam de considerar-se idóneos:

- a) As pessoas singulares e os representantes legais de pessoas colectivas que venham a encontrar-se em qualquer uma das situações indicadas nos n.ºs 2, 3 e 4;

b) As pessoas coletivas que venham a encontrar-se em qualquer uma das situações indicadas no n.º 4, bem como aquelas cujos representantes legais sejam considerados não idóneos nos termos do presente artigo e não procedam à respetiva substituição no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que determinou a perda de idoneidade.

6 - Não são também considerados comercialmente idóneos os representantes legais de empresas de construção que tenham sido condenados em pena de prisão efetiva, transitada em julgado, pela prática de qualquer dos seguintes crimes:

a) Burla ou burla relativa a trabalho ou emprego;

b) Insolvência dolosa, insolvência negligente, favorecimento de credores ou perturbação de arrematações;

c) Falsificação ou contrafação de documento, quando praticado no âmbito da atividade da construção;

d) Infração de regras de construção, dano em instalações e perturbação de serviços;

e) Desobediência, quando praticado no âmbito da atividade da construção;

f) Corrupção ativa;

g) Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção, desvio de subvenção, subsídio ou crédito bonificado, fraude na obtenção de crédito e ofensa à reputação económica;

h) Contrafação ou imitação e uso ilegal de marca, quando praticado no âmbito da atividade de construção;

i) Branqueamento de capitais;

7 - As condenações referidas no n.º 3 não relevam após o decurso do prazo de dois anos contados do cumprimento integral das obrigações decorrentes da aplicação da última sanção.

8 - O InCI só considera como relevantes, para aferição da idoneidade no âmbito das condenações criminais referidas no n.º 6, as que constem do respetivo registo criminal e tenham transitado em julgado há menos de cinco anos.

9 - A condenação pela prática de um dos crimes previstos no n.º 6 não afecta a idoneidade de todos aqueles que tenham sido reabilitados, nos termos do disposto nos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 57/98, de 18 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de dezembro, e pelas Leis n.ºs 113/2009, de 17 de setembro, 114/2009, de 22 de setembro, e 115/2009, de 12 de outubro, nem impede o InCI de considerar, de forma justificada, que estão reunidas as condições de idoneidade, tendo em conta, nomeadamente, o tempo decorrido desde a prática dos factos.

10 - Sempre que o InCI considere existir uma situação de inidoneidade, deve justificar de forma fundamentada as circunstâncias de facto e de direito em que baseia o seu juízo de inidoneidade.

Artigo 10.º

Capacidade técnica

1 - Cada empresa de construção deve demonstrar junto do InCI a necessária capacidade técnica, traduzida em meios humanos adequados à produção, à gestão da obra e à gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho, nos termos da presente lei, sem prejuízo do cumprimento, obra a obra, do disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, em função das classes, categorias e subcategorias de obras e trabalhos a executar.

2 - O número mínimo e qualificações dos técnicos que conferem capacidade técnica às empresas de construção, os quais devem estar ligados às mesmas por vínculo laboral ou de prestação de serviços, são fixados nos anexos I e III à presente lei, que dela constituem parte integrante.

3 - O pessoal técnico referido no número anterior pode prestar serviços noutras empresas de construção, as quais, contudo, não poderão usá-lo para a comprovação da respectiva capacidade técnica.

4 - É expressamente vedado aos técnicos que prestem serviço em entidades licenciadoras nacionais, ou em donos de obra pública em território nacional, desempenhar funções em empresas de construção inscritas no InCI, exceto se, para o efeito, estiverem devidamente autorizados nos termos legais em vigor sobre incompatibilidades.

5 - As situações em que ocorra cessação de funções de qualquer dos técnicos incluídos no número mínimo fixado, ou em que qualquer deles passe a estar abrangido por uma das incompatibilidades previstas no número anterior, devem ser comunicadas ao InCI, quer pelas empresas de construção envolvidas quer pelos técnicos visados, presencialmente, por via postal ou por via eletrónica, no prazo de 20 dias contados da verificação do facto respetivo.

6 - A comunicação feita, nos termos do número anterior, por parte das empresas de construção, deve indicar a identificação do técnico que iniciou funções.

Artigo 11.º

Capacidade económica e financeira

1 - A capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de capital próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada, tendo em conta os indicadores de liquidez geral e de autonomia financeira.

2 - As empresas que pretendam realizar obras classificadas em classe superior à classe 2 devem demonstrar que o valor do seu capital próprio é igual ou superior a 10% do valor limite da maior das classes em que se enquadram as obras pretendidas, ou, no caso de alguma das obras pretendidas se enquadrar na classe mais elevada prevista na portaria referida no n.º 2 do artigo 6.º, que o referido valor é igual ou superior a 20 % do valor limite da classe anterior.

3 - Em alternativa à demonstração de capacidade económica e financeira prevista nos números anteriores, as empresas podem prestar garantia ou instrumento equivalente que o substitua ou optar pela subscrição de seguro de responsabilidade civil, cujo capital garantido seja igual ou superior ao valor limite da classe em que se enquadram as obras pretendidas.

4 - O seguro, bem como a prestação de garantia ou instrumento equivalente referidos no número anterior, podem ser emitidos noutro Estado do espaço económico europeu.

5 - A definição e os valores de referência dos indicadores financeiros enunciados no n.º 1 são objeto de portaria do membro do Governo responsável pela área da construção.

Artigo 12.º

Pedidos de ingresso na atividade de construção

1 - Os pedidos de ingresso na atividade de construção são apresentados em modelo próprio nos serviços do InCI, presencialmente, por via postal ou por via eletrónica, acompanhados dos documentos que comprovem os requisitos exigidos nos termos da presente lei e do pagamento da taxa inicial devida nos termos da portaria referida no n.º 2 do artigo 51.º.

2 - No caso de os pedidos conterem omissões ou deficiências suscetíveis de suprimento ou de correção, ou quando se verifiquem irregularidades ou insuficiências relativas aos documentos instrutórios exigíveis e cuja falta não possa ser oficiosamente suprida, os requerentes devem ser notificados, no prazo de 10 dias a contar da respectiva apresentação, para efetuarem as correções necessárias ou apresentarem os documentos em falta, dentro de um prazo fixado pelo InCI, que não pode ser inferior a 15 dias, sob pena de indeferimento ou de deferimento parcial do pedido.

3 - O regime previsto no número anterior é igualmente aplicável quando o requerente não tenha apresentado documento comprovativo do pagamento, em falta, de coimas aplicadas pelo InCI, por decisões tornadas definitivas.

4 - Para decidir do pedido, o InCI dispõe do prazo de 20 dias, a contar da data da receção do mesmo ou dos elementos solicitados nos termos do n.º 2, ou, quando estes não forem entregues, a contar do termo do prazo concedido para a respectiva apresentação.

5 - A decisão final é notificada ao interessado no prazo máximo de cinco dias e precedida de audiência dos interessados, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

6 - Decorrido o prazo previsto no n.º 4 sem que tenha sido proferida a decisão final, o pedido considera-se tacitamente deferido, sem prejuízo do disposto no n.º 8.

7 - Proferida a decisão final ou verificando-se o caso previsto no número anterior, o InCI emite, nos 10 dias seguintes, a guia para pagamento da taxa que for devida, nos termos da portaria referida no n.º 2 do artigo 51.º.

8 - O pagamento da taxa no prazo fixado na respetiva guia, emitida automaticamente por via informática, bem como o pagamento das coimas eventualmente em dívida, são condição de eficácia do deferimento do pedido.

9 - Com o deferimento do pedido e o pagamento das taxas e coimas a que haja lugar, o InCI procede, em suporte eletrónico, à emissão do alvará ou do certificado, disponibilizando-o para consulta na respetiva página eletrónica e no balcão único eletrónico dos serviços.

10 - Em caso de extinção do procedimento por falta de pagamento da taxa devida dentro do prazo fixado, um novo pedido formulado antes de decorrido um ano desde a data da extinção implica o agravamento da nova taxa, nos termos da portaria referida no n.º 2 do artigo 51.º.

Artigo 13.º

Pedidos de certificados e de alvarás «Na Hora»

1 - O pedido de certificado e de alvará pode, mediante requerimento presencial do interessado, ser deferido no momento da sua apresentação, desde que estejam reunidos os requisitos legais para o efeito, emitindo-se imediatamente a guia para pagamento da taxa que for devida.

2 - O pagamento da taxa que for devida pela atribuição dos títulos «Na Hora», emitida automaticamente por via informática, é condição de eficácia do deferimento do pedido.

Artigo 14.º

Alteração e cancelamento de alvará e certificado

1 - As empresas de construção que pretendam a elevação de classe de obras ou a inscrição em novas categorias e subcategorias no alvará ou certificado que detêm, devem requerê-lo ao InCI nos termos do artigo 12.º.

2 - As empresas de construção que pretendam a diminuição de classe de obras ou o cancelamento de categorias ou subcategorias no alvará ou certificado que detêm, devem solicitá-lo ao InCI através de mera comunicação, feita presencialmente, por via postal ou por via eletrónica.

3 - Nos casos referidos no n.º 1, deve a empresa requerente comprovar concomitantemente a adequada capacidade técnica, como previsto nos anexos I e III à presente lei, bem como capacidade económica e financeira, nos termos do disposto no artigo 11.º.

4 - Quando o InCI verificar que qualquer empresa de construção deixou de cumprir os requisitos exigidos para a habilitação que detém, nos termos do artigo seguinte, pode proceder oficiosamente à alteração do alvará ou certificado, ou ao seu cancelamento, consoante o que for aplicável em cada caso concreto.

5 - O cancelamento de alvará ou certificado ocorre também pelas seguintes causas relativas ao seu detentor:

a) Vontade expressa;

b) Extinção da pessoa coletiva;

c) Falecimento, interdição ou inabilitação da pessoa individual;

d) Deliberação de liquidação da empresa de construção em processo de insolvência ou decisão de encerramento da mesma por insuficiência da massa insolvente.

6 - Não obstante o disposto na alínea c) do número anterior, se existirem obras em curso à data do falecimento, interdição ou inabilitação, podem os herdeiros, o tutor ou o curador, respetivamente, requerer autorização para concluir os trabalhos por executar, desde que comprovem dispor dos necessários meios técnicos e financeiros e que o dono da obra aceite que eles tomem sobre si o encargo do cumprimento do contrato.

7 - No caso previsto no número anterior, o InCI emite um alvará ou certificado provisório, válido até à conclusão dos trabalhos.

Artigo 15.º

Controlo oficioso do cumprimento dos requisitos

1 - Para efeitos de controlo do cumprimento permanente dos requisitos exigidos para a emissão do alvará ou do certificado, o InCI recolhe e analisa os dados relevantes através de inspeções, da consulta à Informação Empresarial Simplificada ou da cooperação administrativa prevista no artigo 49.º da presente lei e no Capítulo VI do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, ou, em caso de dúvida ou insuficiência, por solicitação de informação junto das empresas em causa.

2 - Quando o InCI verifique que a empresa de construção deixou de cumprir os requisitos exigidos para a habilitação que detém, procede imediatamente à alteração do alvará ou certificado, ou ao seu cancelamento, consoante o que for aplicável ao caso.

3 - O disposto no número anterior não se aplica às empresas de construção declaradas insolventes há menos de nove meses, período durante o qual se mantêm em vigor os alvarás ou certificados de que sejam detentoras.

4 - A reclassificação operada nos termos do n.º 2 não prejudica a possibilidade de a empresa finalizar as obras que tem em curso, desde que com o acordo dos donos das mesmas, sem prejuízo do direito que a estes cabe de, em alternativa, proceder à resolução do contrato por impossibilidade culposa da empresa.

Artigo 16.º

Cancelamento de alvarás e de certificados

O cancelamento de alvarás e de certificados inibe a empresa de construção de finalizar as obras em curso para as quais os mesmos eram exigidos, implicando a imediata resolução dos respetivos contratos de empreitada por impossibilidade culposa da empresa, sem prejuízo dos efeitos já produzidos e salvo se o dono da obra pretender que seja a empresa inabilitada a proceder à conclusão da mesma.

SUBSECÇÃO II

Condições de exercício da atividade

Artigo 17.º

Deveres no exercício da atividade

1 - As empresas de construção devem executar as obras sob sua responsabilidade em conformidade com o que contrataram e respeitando as disposições legais e regulamentares que lhes sejam aplicáveis.

2 - Constituem, nomeadamente, violação ao disposto no número anterior por parte das empresas de construção:

- a) A inscrição dolosa nos autos de medição de trabalhos não efetuados;
 - b) O incumprimento do prazo de execução da obra ou o abandono da mesma, por causa que lhe seja imputável;
 - c) O desrespeito pelas normas legais relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho;
- 3 - Em todos os contratos sujeitos à lei portuguesa, como nos documentos contabilísticos, publicações, publicidade e na sua correspondência, as empresas de construção devem indicar a sua denominação social e o número de alvará ou certificado de que são detentoras.
- 4 - As empresas de construção devem afixar, de forma bem visível, no local de acesso ao estaleiro de cada obra por que sejam responsáveis, uma placa identificativa com a sua firma ou denominação social e o número de alvará ou de certificado de que sejam detentoras.

Artigo 18.º

Deveres das empresas de construção perante o InCI

- 1 - As empresas de construção estabelecidas em território nacional são obrigadas a comunicar ao InCI as seguintes ocorrências, no prazo de 15 dias a contar da respectiva verificação:
- a) Quaisquer alterações nos requisitos de ingresso previstos no nº 1 do artigo 6.º e no nº 1 do artigo 7.º;
 - b) Alterações relativas à localização da sede;
 - c) Alterações à respetiva denominação social e à nomeação ou demissão dos seus representantes legais, no caso de pessoas coletivas;
 - d) Alterações de firma comercial e de domicílio fiscal em Portugal, no caso de pessoas singulares;
 - e) A declaração de insolvência de que sejam objeto;
 - f) A cessação e reinício voluntários da respetiva atividade em território nacional;
 - g) A criação de sucursais, agências, estabelecimentos, locais de atendimento ou outras formas de representação comercial em território nacional.
- 2 - As empresas de construção são ainda obrigadas a facultar ao InCI, no exercício das competências inspetivas e de fiscalização deste, o acesso às instalações e estaleiros, bem como a toda a informação e documentação relacionadas com a sua atividade em território nacional.

Artigo 19.º

Consórcios e agrupamentos de empresas

- 1 - As empresas de construção habilitadas nos termos da presente lei para o exercício da atividade podem, com vista à execução de obras, organizar-se, entre si ou com empresas que se dediquem a atividade diversa, em consórcios ou quaisquer outras modalidades jurídicas de agrupamento admitidas pela lei.
- 2 - Nos casos referidos no número anterior, caso as empresas não subscrevam conjuntamente seguro de responsabilidade civil, ou prestem garantia ou instrumento equivalente, cujo capital garantido seja igual ou superior ao valor limite da classe que cubra o valor total da obra, deve a capacidade económica e financeira do agrupamento, globalmente considerada, cumprir o disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 11.º em relação ao valor total da obra.
- 3 - Os consórcios ou outros agrupamentos de empresas aproveitam conjuntamente da capacidade técnica dos respetivos membros, sempre que demonstrem dispor efetivamente dos profissionais qualificados nos termos do Anexo I da presente lei para a execução das obras em causa.
- 4 - Cada membro de um consórcio ou outro agrupamento é sempre solidariamente responsável pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato celebrado com o dono da obra, bem como dos demais deveres resultantes da presente lei e da lei geral.
- 5 - A responsabilidade solidária prevista no número anterior abrange, subsidiariamente, o pagamento de coimas resultantes de contraordenações aplicadas ao consórcio ou outro agrupamento, ou a qualquer dos seus membros.

Artigo 20.º

Subcontratação

- 1 - Só é permitida a subcontratação de trabalhos a empresas de construção que estejam devidamente habilitadas para o exercício da atividade nos termos da presente lei.
- 2 - A empresa de construção à qual tenha sido adjudicada uma obra pode recorrer à subcontratação.
- 3 - A empresa subcontratante aproveita das habilitações detidas pelas empresas subcontratadas.
- 4 - As empresas de construção que pretendam recorrer à subcontratação devem previamente comprovar, mediante consulta na página eletrónica do InCI ou no balcão único eletrónico dos serviços, as habilitações detidas pelas empresas que pretendam subcontratar, e manter posteriormente em estaleiro o comprovativo dessas habilitações.

SECÇÃO II

Exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas por prestadores estabelecidos noutros Estados

Artigo 21.º

Habilitação de prestadores para estabelecimento em Portugal

1 - A prestação de serviços de construção por empresas legalmente estabelecidas noutros Estados do espaço económico europeu ou nacionais de Estado membro da Organização Mundial do Comércio que pretendam estabelecer-se em Portugal para executar obras públicas em território nacional é regida pelo disposto nos artigos 5.º a 20.º

2 - O InCI deve proceder à verificação da idoneidade comercial da empresa de construção legalmente estabelecida noutros Estados do espaço económico europeu, segundo o ordenamento jurídico do Estado de origem, por recurso à cooperação administrativa, nos termos do artigo 49.º

3 - Os requisitos de capacidade económica e financeira referidos nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 11.º, quando aplicáveis, são calculados por referência à globalidade da empresa legalmente estabelecida noutros Estados do espaço económico europeu e não apenas à sua representação permanente em Portugal, e demonstrados por declaração emitida por profissional equivalente a técnico ou revisor oficial de contas, competente nos termos da legislação do Estado-membro de origem, apresentada pelo requerente aquando da submissão do requerimento de alvará de empreiteiro de obras públicas, ou por outro documento equivalente, nos termos do n.º 4 do artigo 45.º

4 - Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 45.º, o InCI reconhece o cumprimento dos requisitos comprovados pela inscrição da empresa nas listas oficiais de empreiteiros de obras públicas de outros Estados-membros, nos termos da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março.

5 - Os requisitos de capacidade económica e financeira referidos nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 11.º, quando aplicáveis, referem-se apenas ao estabelecimento em Portugal de empresa nacional de Estado membro da Organização Mundial do Comércio que não pertença ao espaço económico europeu, avaliados mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada.

Artigo 22.º

Habilitação de prestadores não estabelecidos em Portugal para empreitadas de obras públicas

1 - Os prestadores de serviços de construção não estabelecidos em território nacional mas legalmente estabelecidos noutros Estados do espaço económico europeu e as empresas nacionais de Estado signatário do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio que pretendam executar obras públicas em território nacional sem nele se estabelecerem, devem cumprir os seguintes requisitos:

a) Possuir idoneidade comercial, segundo o ordenamento jurídico do Estado de origem e, relativamente a factos praticados em território nacional, nos termos do disposto no artigo 9.º;

b) Possuir capacidade técnica, nos termos do disposto no artigo 10.º;

c) Possuir capacidade económica e financeira, nos termos do disposto no artigo 11.º;

d) Ser titular de seguro de acidentes de trabalho.

2 - Os prestadores referidos no número anterior devem apresentar junto do InCI, antes da realização de cada obra pública em território nacional que lhes tenha sido previamente adjudicada, uma declaração com a descrição da obra em causa, acompanhada dos comprovativos da verificação dos requisitos previstos no número anterior, a fim de obter declaração de habilitação para apresentação ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O InCI deve proceder à verificação da idoneidade comercial da empresa de construção legalmente estabelecida noutros Estados do espaço económico europeu, segundo o ordenamento jurídico do Estado de origem, por recurso à cooperação administrativa, nos termos do artigo 49.º

4 - Os requisitos referidos nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 11.º, quando aplicáveis, são calculados por referência à globalidade da empresa legalmente estabelecida noutros Estados do espaço económico europeu e não apenas à sua representação permanente em Portugal, e demonstrados por declaração emitida por profissional equivalente a técnico ou revisor oficial de contas, competente nos termos da legislação do Estado-membro de origem, ou por outro documento equivalente, nos termos do n.º 4 do artigo 45.º

5 - A declaração a que se refere o n.º 2 é feita em formulário próprio do InCI e pode ser entregue presencialmente nas instalações deste ou remetida por via postal, ou por via eletrónica.

6 - Comprovados os requisitos identificados no n.º 1 e efetuado o pagamento da taxa devida, o InCI procede, de imediato, à emissão da declaração comprovativa de que o prestador está habilitado a executar a obra em causa.

7 - Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 45.º, o InCI reconhece o cumprimento dos requisitos comprovados pela inscrição do prestador nas listas oficiais de empreiteiros de obras públicas de outros Estados-membros, caso existam, nos termos da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março.

8 - Os requisitos de capacidade económica e financeira referidos nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 11.º, quando aplicáveis, referem-se apenas ao estabelecimento em Portugal de empresa nacional de Estado signatário do Acordo sobre

Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio que não pertença ao espaço económico europeu, avaliados mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada.

9 - Os prestadores a que se refere o presente artigo ficam sujeitos às condições de exercício da atividade previstas no artigo 17.º, no n.º 2 do artigo 18.º e no artigo 20.º da presente lei.

10 - A detenção da declaração de habilitação a que se refere o presente artigo não isenta o titular do cumprimento da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho na execução da obra pública em causa.

CAPÍTULO III

Exercício da atividade de empreiteiro de obras particulares

SECÇÃO I

Exercício da atividade de empreiteiro de obras particulares
por prestadores estabelecidos em Portugal

SUBSECÇÃO I

Licenciamento e condições de exercício de atividade

Artigo 23.º

Ingresso na atividade

Sem prejuízo do disposto no artigo 27.º, o exercício da atividade de empreiteiro de obras particulares por prestador estabelecido em território nacional depende de alvará ou certificado a conceder pelo InCI, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 24.º

Alvará de empreiteiro de obras particulares

1 - O ingresso na atividade de empreiteiro de obras particulares mediante alvará depende do preenchimento cumulativo, pelos requerentes, dos seguintes requisitos:

- a) Possuir idoneidade comercial, nos termos do disposto no artigo 9.º;
- b) Possuir capacidade económico-financeira, nos termos do disposto no artigo 11.º;
- c) Ser titular de seguro de acidentes de trabalho.

2 - O alvará de empreiteiro de obras particulares habilita a empresa a executar obras particulares cujo valor se enquadrem na classe respetiva, conforme previsto na portaria referida no n.º 2 do artigo 6.º.

3 - O alvará previsto no presente artigo não depende de requisitos de capacidade técnica nem relaciona categorias ou subcategorias de obras e trabalhos, mas não dispensa o cumprimento, obra a obra, dos requisitos previstos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, em função das classes, categorias e subcategorias de obras e trabalhos a executar.

4 - O alvará de empreiteiro de obras particulares é válido por tempo indeterminado, sem prejuízo do controlo oficioso dos respetivos requisitos e do seu cancelamento ou suspensão, nos termos da presente lei.

5 - Aplicam-se aos titulares de alvará de empreiteiro de obras particulares as disposições relativas ao licenciamento previstas nos artigos 12.º a 16.º, bem como as condições de exercício da atividade previstas nos artigos 17.º a 20.º, com as devidas adaptações.

Artigo 25.º

Certificado de empreiteiro de obras particulares

1 - O ingresso na atividade de empreiteiro de obras particulares mediante certificado depende do preenchimento cumulativo, pelos requerentes, dos seguintes requisitos:

- a) Possuir idoneidade comercial, nos termos do disposto no artigo 9.º;
- b) Ser titular de seguro de acidentes de trabalho.

2 - O certificado de empreiteiro de obras particulares habilita a empresa a executar obras particulares cujo valor não exceda 20% do limite fixado para a classe 1, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 - O certificado de empreiteiro de obras particulares não depende de requisitos de capacidade técnica nem relaciona categorias ou subcategorias de obras e trabalhos, mas não dispensa o cumprimento, obra a obra, dos requisitos previstos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, em função das classes, categorias e subcategorias de obras e trabalhos a executar.

4 - O certificado de empreiteiro de obras particulares é válido por tempo indeterminado, sem prejuízo do controlo oficioso dos respetivos requisitos e do seu cancelamento ou suspensão, nos termos da presente lei.

5 - Aplicam-se aos titulares de certificados de empreiteiro de obras particulares as disposições relativas ao licenciamento previstas nos artigos 12.º a 16.º, bem como as condições de exercício da atividade previstas nos artigos 17.º a 20.º, com as devidas adaptações.

SUBSECÇÃO II

Contrato de empreitada de obra particular

Artigo 26.º

Forma e conteúdo

1 - Os contratos de empreitada e subempreitada de obra particular sujeitos à lei portuguesa cujo valor ultrapasse 10% do limite fixado para a classe 1 são obrigatoriamente reduzidos a escrito, neles devendo constar, sem prejuízo do disposto na lei geral, o seguinte:

- a) Identificação completa das partes contraentes;
- b) Identificação dos alvarás, certificados ou registos das empresas de construção intervenientes, sempre que previamente conferidos ou efetuados pelo InCI nos termos da presente lei;
- c) Identificação do objeto do contrato, incluindo as peças escritas e desenhadas, quando as houver;
- d) Valor do contrato;
- e) Prazo de execução da obra.

2 - Incumbe sempre à empresa de construção contratada pelo dono da obra assegurar o cumprimento do disposto no número anterior, incluindo nos contratos de subempreitada que venha a celebrar.

3 - A inobservância do disposto no n.º 1 do presente artigo determina a nulidade do contrato, não podendo, contudo, esta ser invocada pela empresa contratada pelo dono da obra.

4 - As empresas de construção são obrigadas a manter em arquivo os contratos por si celebrados para a realização de obras particulares em território nacional, pelo prazo de cinco anos a contar da data de recepção provisória das mesmas.

SECÇÃO II

Exercício da atividade de empreiteiro de obras particulares por prestadores estabelecidos noutros Estados

Artigo 27.º

Habilitação de prestadores estabelecidos noutros Estados para execução de empreitadas de obras particulares

1 - O ingresso na atividade de empreiteiro de obras particulares por empresa que se pretenda estabelecer em território nacional através do reconhecimento de autorizações legalmente detidas noutros Estados do espaço económico europeu onde estejam estabelecidas, nos termos no n.º 2 do artigo 45.º, ou enquanto empresa nacional de Estado membro da Organização Mundial do Comércio depende do preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- a) Possuir idoneidade comercial, segundo o ordenamento jurídico do Estado de origem e, relativamente a factos praticados em território nacional, nos termos do disposto no artigo 9.º;
- b) Possuir capacidade económica e financeira, nos termos do disposto no artigo 11.º;
- c) Ser titular de seguro de acidentes de trabalho.

2 - Os prestadores referidos no número anterior devem apresentar junto do InCI uma declaração, acompanhada de:

- a) Cópia do título de autorização que detenham no Estado de origem ou, caso tal título não exista, de qualquer outro documento que comprove que nele operam legalmente;
- b) Documentos comprovativos de capacidade económica e financeira, nos termos do artigo 11.º, sendo que os requisitos referidos nos n.ºs 1, 2 e 5 desse artigo, quando aplicáveis, são calculados por referência à globalidade da empresa legalmente estabelecida noutro Estado do espaço económico europeu e não apenas à sua representação permanente em Portugal, e demonstrados por declaração emitida por profissional equivalente a técnico ou revisor oficial de contas, competente nos termos da legislação do Estado-membro de origem, ou por outro documento equivalente, nos termos do n.º 4 do artigo 45.º.
- c) Comprovativo de contratação de seguro de acidentes de trabalho.

3 - O InCI deve proceder à verificação da idoneidade comercial da empresa de construção legalmente estabelecida noutro Estados do espaço económico europeu, segundo o ordenamento jurídico do Estado de origem, por recurso à cooperação administrativa, nos termos do artigo 49.º.

4 - A declaração referida no n.º 1 é feita em formulário próprio do InCI e pode ser entregue presencialmente nas instalações deste ou remetida por via postal ou por via eletrónica, sendo automaticamente emitida por via informática guia para pagamento da taxa devida.

5 - Recebida a declaração referida no número anterior, regularmente apresentada, e efetuado o pagamento da taxa devida, nos termos estabelecidos na portaria referida no n.º 2 do artigo 51.º, o InCI procede imediatamente, na respetiva página eletrónica, ao registo da empresa construtora como estabelecida em território nacional e habilitada a executar obras particulares cujo valor se enquadre na classe determinada, nos termos do artigo 11.º, de acordo com a sua capacidade económica e financeira declarada.

6 - O registo previsto no número anterior não depende de requisitos de capacidade técnica nem relaciona categorias ou subcategorias de obras e trabalhos, mas não dispensa o cumprimento, obra a obra, dos requisitos

previstos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, em função das classes, categorias e subcategorias de obras e trabalhos a executar.

7 - O registo é válido por tempo indeterminado, sem prejuízo do controlo oficioso dos respetivos requisitos e do seu cancelamento ou suspensão, nos termos da presente lei.

8 - As empresas de construção que pretendam a elevação de classe de obras no seu registo devem requerê-lo ao InCI nos termos do n.º 4, acompanhada dos documentos referidos na alínea b) do n.º 2.

9 - As empresas de construção que pretendam a diminuição de classe de obras no seu registo devem solicitá-lo ao InCI através de mera comunicação, feita presencialmente, por via postal ou por via eletrónica.

10 - Quando o InCI verificar que qualquer empresa de construção não cumpre os requisitos exigidos para a habilitação que detém, pode proceder oficiosamente à alteração do registo, ou ao seu cancelamento, consoante o que for aplicável em cada caso concreto, nos termos do artigo 15.º, devidamente adaptados.

11 - O cancelamento do registo ocorre também pelas seguintes causas relativas ao seu detentor:

a) Vontade expressa;

b) Extinção da pessoa coletiva;

c) Falecimento, interdição ou inabilitação da pessoa individual;

d) Deliberação de liquidação da empresa de construção em processo de insolvência ou decisão de encerramento da mesma por insuficiência da massa insolvente.

12 - O cancelamento do registo inibe a empresa de construção de finalizar as obras em curso para as quais os mesmos eram exigidos, implicando a imediata resolução dos respetivos contratos de empreitada por impossibilidade culposa da empresa, sem prejuízo dos efeitos já produzidos e salvo se o dono da obra pretender que seja a empresa inabilitada a proceder à conclusão da mesma.

13 - Aplicam-se aos prestadores a que se refere o presente artigo as condições de exercício da atividade previstas nos artigos 17.º, nas alíneas e) e f) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 18.º, nos n.ºs 1, 2, 4 e 5 do artigo 19.º e no artigo 20.º do capítulo I da presente lei.

Artigo 28.º

Livre prestação de serviços de construção de obras particulares

1 - Podem ser prestados de forma ocasional e esporádica em Portugal serviços de construção de obras particulares por prestadores não estabelecidos em território nacional, desde que se encontrem legalmente estabelecidos noutros Estados do espaço económico europeu e cumpram, por razões de segurança das pessoas, os seguintes requisitos:

a) Possuir idoneidade comercial, segundo o ordenamento jurídico do Estado de origem, comprovável pelo InCI por recurso à cooperação administrativa, nos termos do artigo 49.º e, relativamente a factos praticados em território nacional, nos termos do disposto no artigo 9.º;

b) Ser titular de seguro de responsabilidade civil emitido por entidade seguradora nacional ou de outro Estado do espaço económico europeu, ou de garantia financeira equivalente, que cubram o valor de cada obra a realizar superior à classe 2 ou em alternativa dispor da capacidade económica e financeira referida nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 11.º, comprovável, por solicitação do InCI, através de declaração emitida por profissional equivalente a técnico ou revisor oficial de contas, competente nos termos da legislação do Estado-membro de origem, ou por outro documento equivalente, nos termos do n.º 4 do artigo 45.º;

c) Ser titular de seguro de acidentes de trabalho.

2 - Os prestadores previstos no presente artigo devem declarar, quando se identificarem em sede de procedimento administrativo de licenciamento ou comunicação prévia da obra em causa perante a respetiva autoridade competente nos termos do artigo 9.º do regime jurídico de urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na versão republicada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, posteriormente alterada pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que prestam serviços em território nacional em regime de livre prestação, mediante o preenchimento de formulário próprio aprovado pelo InCI e apresentado através do sistema informático referido no artigo 8.º-A daquele regime.

3 - Os prestadores previstos no presente artigo, quando pretendam realizar pela primeira vez obra sujeita a controlo prévio em território nacional, podem apresentar o formulário referido no número anterior ao InCI, presencialmente, por via postal ou por via eletrónica, a fim de promoverem, eles próprios, o seu registo naquela autoridade.

4 - A autoridade competente referida no n.º 2 deve:

a) Notificar o prestador para apresentar a declaração referida no mesmo número no prazo de 10 dias, sempre que aquela não instrua o procedimento;

b) Verificar, mediante consulta na página eletrónica do InCI e no balcão único eletrónico dos serviços, que a empresa que efetuou a declaração referida no mesmo número se encontra regularmente registada para o exercício

da actividade em território nacional, e caso aquela não conste do registo, deverá enviar, no prazo máximo de 5 dias, a respetiva informação ao InCI que procede ao registo da empresa como operando em território nacional em regime de livre prestação.

5 - A submissão da declaração referida no n.º 2 por prestadores que não constem do registo do InCI, bem como a apresentação do formulário referido no n.º 3, habilita-os a prestar imediatamente serviços de construção de obras particulares sujeitas a controlo prévio em território nacional, mesmo que o InCI não tenha ainda procedido ao registo a que se refere o número anterior, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 7 a 11.

6 - Os prestadores que cumpram o disposto no n.º 1 estão automaticamente habilitados a prestar serviços de construção de obras particulares não sujeitas a controlo prévio em território nacional, sem necessidade de observar qualquer formalismo administrativo prévio, sem prejuízo do disposto no n.º 9, não se lhes aplicando contudo o disposto no n.º 4 do artigo 20.º.

7 - A titularidade do seguro referido na alínea b) do n.º 1 não dispensa o diretor da obra em causa da obrigação de celebrar contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual nos termos do artigo 24.º da Lei nº 31/2009, de 3 de julho, exceto se a respetiva empresa de construção optar por ser ela a tomadora do seguro, caso em que poderá englobar no seguro referido na alínea b) do n.º 1 do presente artigo os riscos decorrentes da atividade do diretor da obra.

8 - A declaração referida no n.º 2 bem como a apresentação do formulário referido no n.º 3 não dispensam o cumprimento, obra a obra, dos requisitos previstos na Lei nº 31/2009, de 3 de julho, relativos a técnicos responsáveis pela direção e condução de execução da obra, em função das classes, categorias e subcategorias de obras e trabalhos a executar.

9 - Os prestadores a que se refere o presente artigo ficam ainda sujeitos, por razões de segurança das pessoas, às condições de exercício da atividade previstas nos artigos 17.º, no n.º 2 do artigo 18.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º, nos artigos 20.º, 26.º e no n.º 3 do artigo 43.º da presente lei.

10 - O registo referido no presente artigo pode ser objeto de cancelamento, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 16.º, na sequência de ação de inspeção que determine que a empresa deixou de cumprir os requisitos constantes do n.º 1 do presente artigo.

11 - O registo é ainda cancelado aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 16.º, nos seguintes casos:

a) Por vontade expressa do seu detentor;

b) Extinção da pessoa coletiva;

c) Falecimento, interdição ou inabilitação da pessoa individual;

d) Deliberação de liquidação da empresa de construção em processo de insolvência ou decisão de encerramento da mesma por insuficiência da massa insolvente.

CAPÍTULO IV

Fiscalização e sanções

Artigo 29.º

Competências de inspeção e fiscalização do InCI

1 - O InCI, no âmbito das suas competências, inspeciona e fiscaliza a atividade de construção em território nacional, podendo solicitar a quaisquer serviços públicos ou autoridades toda a colaboração ou auxílio que julgue necessários, nomeadamente através do sistema de informação do mercado interno ou, quando se trate de autoridades ou serviços de outros Estados do espaço económico europeu, nos termos das Leis n.ºs 74/2009, de 12 de agosto, e 93/2009, de 1 de setembro.

2 - Todas as autoridades nacionais e seus agentes devem participar ao InCI quaisquer infrações à presente lei de que tenham conhecimento.

Artigo 30.º

Responsabilidade pelas infrações

1 - Pela prática das contraordenações a que se refere a presente lei podem ser responsabilizadas pessoas singulares ou coletivas, ainda que irregularmente constituídas, e associações sem personalidade jurídica.

2 - As sociedades, as demais pessoas coletivas e as associações sem personalidade jurídica são responsáveis pelas contraordenações previstas na presente lei quando os factos tiverem sido praticados pelos membros dos seus órgãos sociais, representantes, mandatários ou colaboradores, no exercício das respetivas funções.

3 - Os empresários em nome individual são responsáveis pelas contraordenações previstas na presente lei quando os factos tiverem sido praticados por si ou pelos seus mandatários ou colaboradores, agindo no exercício das funções que lhes foram confiadas.

4 - Exceto quando comprovem ter-se oposto à prática do facto que deu origem à contraordenação, os representantes legais das pessoas coletivas, ainda que irregularmente constituídas, e das associações sem personalidade jurídica respondem solidariamente pelo pagamento das coimas e das custas em que aquelas forem condenadas, ainda que, à data da condenação, tais pessoas coletivas ou associações hajam sido dissolvidas ou entrado em liquidação.

Artigo 31.º

Advertência

1 - Quando a contraordenação for punível com coima não superior a €5000 e a infracção consistir em irregularidade sanável e não haja indício de que a sua prática tenha causado prejuízos a terceiros, deve o InCI, antes da instauração do processo de contraordenação, notificar o infrator para sanar a irregularidade.

2 - Da notificação deve constar a descrição da infração, as medidas necessárias para a sua regularização, o prazo para o cumprimento das mesmas, a forma de comprovação, junto do InCI, desse cumprimento e a advertência de que o incumprimento, no prazo determinado, dá lugar à instauração de processo de contraordenação.

3 - O disposto nos números anteriores não se aplica ao infrator que tiver sido advertido ou sancionado pela prática de infração da mesma natureza, no decurso dos últimos dois anos.

Artigo 32.º

Auto de notícia

1 - Quando o pessoal inspetivo do InCI presenciar, no exercício das suas competências, a prática de uma contraordenação, levanta ou manda levantar auto de notícia, que deve mencionar os factos que constituem a infração, bem como o dia, a hora, o local e as circunstâncias em que a mesma foi cometida e tudo o que tenha averiguado acerca da identificação dos infratores e a indicação, quando possível, de, pelo menos, uma testemunha que possa depor sobre os factos.

2 - O auto de notícia é assinado pelo agente que o levantou e pelas testemunhas, quando as houver.

3 - A autoridade ou agente da autoridade que tiver conhecimento, por denúncia ou constatação própria, de infração à presente lei, deve levantar auto de notícia, ao qual é o disposto nos números anteriores, com as necessárias adaptações.

4 - O auto de notícia levantado nos termos dos números anteriores faz fé, até prova em contrário, sobre os factos presenciados pelo autuante.

5 - À tramitação procedimental prevista nos números anteriores não se aplica o disposto no n.º 1 do artigo 45.º.

Artigo 33.º

Notificações

1 - As notificações efetuam-se:

a) Por contacto pessoal com o notificando no lugar em que for encontrado;

b) Mediante carta registada expedida para a sede, o domicílio ou o estabelecimento do notificando;

c) Mediante carta simples expedida para a sede, o domicílio ou o estabelecimento do notificando;

d) Por via eletrónica, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 45.º.

2 - A notificação por contacto pessoal deve ser efetuada, sempre que possível, no ato de autuação.

3 - Se não for possível proceder nos termos do número anterior, a notificação é efetuada através de carta registada expedida para a sede, domicílio ou estabelecimento do notificando.

4 - Se, por qualquer motivo, a carta prevista no número anterior for devolvida à entidade remetente, a notificação é reenviada ao notificando para a sua sede, domicílio ou estabelecimento, através de carta simples.

5 - A notificação por carta registada considera-se efetuada no 3.º dia útil posterior ao do respetivo envio, cominação que deve constar da notificação.

6 - No caso previsto no n.º 4 é lavrada uma cota no processo com a indicação da data de expedição da carta e da morada para a qual foi enviada, considerando-se a notificação efetuada no 5.º dia posterior à data indicada, cominação que deve constar da notificação.

7 - Se o notificando se recusar a receber ou a assinar a notificação, o agente ou o distribuidor do serviço postal certifica a recusa, considerando-se aquela efetuada.

Artigo 34.º

Medidas cautelares

1 - Quando existam fortes indícios da prática das contraordenações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo seguinte, quando quaisquer condutas ou atos concretos da empresa façam desencadear o mecanismo de alerta previsto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho ou quando se verifique a existência de perigo de

destruição de meios de prova necessários à instrução do processo de contraordenação ou de continuação da prática da infração, o InCI pode determinar a aplicação das seguintes medidas, considerando a gravidade daquela e a culpa do agente:

a) Suspensão preventiva total ou parcial da atividade, no caso de violação do disposto no artigo 5.º, no n.º 1 do artigo 22.º, no artigo 23.º, no n.º 1 do artigo 27.º e no n.º 1 do artigo 28.º;

b) Suspensão da apreciação de pedido de ingresso na atividade de construção ou de reclassificação formulado pela empresa junto do InCI.

2 - A aplicação da medida prevista na alínea a) do número anterior é notificada à empresa de construção, nos termos previstos no artigo 33.º.

3 - As medidas cautelares de suspensão aplicadas nos termos do n.º 1 vigoram até ao seu levantamento pelo presidente do conselho diretivo do InCI ou por decisão judicial, cessando também os seus efeitos pela aplicação da sanção acessória de interdição do exercício da atividade, ou pelo decurso do prazo de um ano contado a partir da data da decisão que as imponha.

4 - É competente para conhecer da eventual impugnação judicial das medidas cautelares aplicadas pelo InCI, o tribunal que for competente para decidir do recurso de decisão proferida em processo de contraordenação.

Artigo 35.º

Contraordenações

1 - Às contraordenações previstas neste artigo são aplicáveis as seguintes coimas, sem prejuízo da aplicação de pena ou sanção mais grave que lhes couber por força de outra disposição legal:

a) Quando sejam qualificadas como muito graves, de € 7 500 a € 44 800, reduzindo-se, quando aplicadas a pessoas singulares, o limite mínimo para € 2 000 e o limite máximo para o montante máximo de coima previsto no regime geral das contraordenações e coimas;

b) Quando sejam qualificadas como graves, de € 1 000 a € 3 000 e de € 5 000 a € 30 000, conforme sejam praticadas por pessoa singular ou pessoa coletiva, respetivamente;

c) Quando sejam qualificadas como leve, de € 500 a € 1 500 e de € 3 000 a € 20 000, conforme sejam praticadas por pessoa singular ou pessoa coletiva, respetivamente.

2 - Constituem ilícitos de mera ordenação social muito graves:

a) A violação do disposto no artigo 5.º;

b) A violação do disposto no n.º 2 do artigo 19.º;

c) A violação do disposto no artigo 16.º ou no n.º 12 do artigo 27.º;

d) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 20.º;

e) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 22.º;

f) A violação do disposto no artigo 23.º;

g) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 27.º;

h) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 28.º;

i) As infrações previstas no artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos praticadas no âmbito do procedimento de formação ou da execução de contratos cujo objeto abranja prestações típicas dos contratos de empreitada de obras públicas.

3 - Constituem ilícitos de mera ordenação social graves:

a) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 17.º;

b) A violação do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 17.º;

c) A violação do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º;

d) A violação do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º;

e) A violação do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º;

f) A violação do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 18.º;

g) A violação do disposto no n.º 2 do artigo 18.º;

h) A violação do disposto no n.º 2 do artigo 22.º;

i) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 26.º;

j) A violação do disposto no n.º 2 do artigo 27.º;

k) As infrações previstas no artigo 457.º do Código dos Contratos Públicos, caso tenham sido praticadas no âmbito do procedimento de formação ou da execução de contrato cujo objeto abranja prestações típicas dos contratos de empreitada de obras públicas;

l) A violação do disposto no n.º 2 do artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos;

m) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 384.º do Código dos Contratos Públicos;

- n) A subcontratação, sem autorização do dono da obra ou com oposição deste, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 385.º e no artigo 386.º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- o) A não comparência no local, na data e na hora indicadas pelo dono da obra para a consignação da obra, nos casos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 405.º do Código dos Contratos Públicos.

4 - Constituem ilícitos de mera ordenação social leve:

- a) A violação do disposto no n.º 3 do artigo 17.º;
- b) A violação do disposto no n.º 4 do artigo 17.º;
- c) A violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º;
- d) A violação do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º;
- e) A violação do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º;
- f) A violação do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 18.º;
- g) A violação do disposto no n.º 4 do artigo 20.º;
- h) A violação do disposto no n.º 2 do artigo 26.º;
- i) A violação do disposto no n.º 4 do artigo 26.º;
- j) A violação do disposto no n.º 2 e na alínea a) do n.º 4, ambos do artigo 28.º;
- k) A violação do disposto no n.º 4 do artigo 384.º do Código dos Contratos Públicos;
- l) A violação do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 385.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - A tentativa e a negligência são puníveis, sendo, nestes casos, os limites máximo e mínimo da coima reduzidos a metade.

Artigo 36.º

Sanções acessórias

1 - Nos casos em que sejam aplicadas às empresas de construção as sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, pode o InCI aplicar-lhes as seguintes sanções acessórias, nos termos do regime geral das contraordenações:

- a) Interdição do exercício da atividade;
- b) Suspensão dos alvarás e dos certificados, bem como dos registos previstos no n.º 5 do artigo 27.º e no artigo 28.º; ou das habilitações dos empreiteiros de obras públicas em regime de livre prestação de serviços;
- c) Privação do direito de participar em feiras ou mercados;
- d) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos que tenham por objeto a empreitada ou a concessão de obras públicas e a concessão de serviços públicos.

2 - Em caso de aplicação das sanções previstas nas alíneas a) ou b) do número anterior, a empresa fica obrigada a comunicar ao InCI, no prazo de 10 dias a contar da data em que a decisão se torne definitiva, as obras que tem em curso.

3 - As sanções referidas no n.º 1 têm a duração máxima de dois anos contados a partir da decisão condenatória definitiva.

Artigo 37.º

Interdição do exercício da atividade

1 - A aplicação da sanção acessória de interdição impede a empresa de construção de finalizar as obras em curso e de celebrar novos contratos de empreitada de obras públicas ou particulares e de praticar todos e quaisquer atos relacionados com a atividade junto de entidades licenciadoras ou donos de obra.

2 - O InCI comunica de imediato aos donos das obras a interdição e seus fundamentos, implicando a mesma a imediata resolução, por impossibilidade culposa da empresa de construção, de todos os contratos de empreitada celebrados referentes a obras em curso, sem prejuízo dos efeitos já produzidos.

Artigo 38.º

Suspensão das habilitações

1 - A aplicação da sanção acessória de suspensão de alvará, de certificado ou dos registos previstos no n.º 4 do artigo 27.º e no artigo 28.º, inibe a empresa de construção de celebrar novos contratos de empreitada de obras públicas ou particulares e de praticar junto de entidades licenciadoras ou donos de obras quaisquer atos relacionados com a atividade, durante o prazo de suspensão.

2 - A empresa cuja permissão ou registo foi suspenso pode contudo finalizar as obras que tenha em curso, desde que com o acordo dos respetivos donos, devendo para tal o InCI comunicar-lhes a aplicação da sanção e os seus fundamentos, tendo os mesmos, em alternativa, direito à resolução do contrato por impossibilidade culposa da empresa.

Artigo 39.º

Determinação da sanção aplicável

A determinação da coima, das sanções acessórias e das medidas cautelares é feita em função da gravidade da contraordenação, da ilicitude concreta do facto e da culpa do infrator e tem em conta a sua anterior conduta, bem como a respetiva situação económica.

Artigo 40.º

Competência para instrução dos processos de contraordenação e aplicação de sanções e medidas cautelares

1 - A instrução dos processos de contraordenação é da competência dos serviços do InCI.

2 - Compete ao presidente do conselho diretivo do InCI a aplicação das coimas, das sanções acessórias e das medidas cautelares previstas no presente diploma.

Artigo 41.º

Cobrança coerciva de coimas

As coimas aplicadas em processo de contraordenação, quando não pagas, são cobradas coercivamente em processo de execução fiscal.

Artigo 42.º

Produto das coimas

O produto das coimas recebidas por infração ao disposto na presente lei reverte em 60% para os cofres do Estado e em 40% para o InCI.

CAPÍTULO V

Obrigações dos donos das obras e das entidades licenciadoras

Artigo 43.º

Verificação das habilitações

1 - Os donos de obras públicas, as entidades licenciadoras ou recetoras de comunicações prévias de obras particulares, bem como os donos de obras particulares nos casos de isenção ou dispensa de procedimento de controlo prévio municipal, devem assegurar que as obras sejam executadas por empresas de construção devidamente habilitadas nos termos da presente lei.

2 - A comprovação das habilitações a que se referem os números anteriores é feita através de consulta na página eletrónica do InCI, acessível através do balcão único eletrónico dos serviços, devendo as entidades referidas no número anterior conservar junto ao processo de cada obra o comprovativo da realização dessa diligência.

3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º, nenhuma obra pode ser fracionada com o objetivo de diminuir o seu valor global e, desse modo, contornar as exigências legais quanto à classe em que a mesma está compreendida.

Artigo 44.º

Deveres de comunicação de donos de obras e entidades licenciadoras

1 - As entidades licenciadoras ou recetoras de comunicações prévias de obras particulares e os donos de obras executadas em território nacional devem comunicar ao InCI:

a) As ocorrências ou condutas que ponham em causa a boa execução das obras por motivos imputáveis às empresas de construção ou a qualquer das suas subcontratadas;

b) Os acidentes de que resulte morte ou lesão grave de trabalhadores ou de terceiros, ou que, independentemente da produção de tais danos, assumam particular gravidade;

c) O incumprimento de qualquer obrigação sancionável nos termos da presente lei.

2 - Para efeitos estatísticos, as entidades licenciadoras ou recetoras de comunicações prévias de obras particulares devem comunicar ao InCI, em modelo próprio deste, relativamente às obras de valor superior a 20% do valor fixado para a classe 1:

a) Até ao dia 15 de cada mês, a listagem das obras por si licenciadas ou cuja comunicação prévia lhes tenha sido feita no mês anterior;

b) Semestralmente, até 31 de julho e 31 de janeiro, respetivamente, a listagem das obras executadas no semestre anterior.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 45.º

Procedimentos administrativos

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no n.º 5 do artigo 32.º, a tramitação dos procedimentos previstos na presente lei é executada com recurso a um sistema informático gerido pelo InCI acessível através do balcão único eletrónico dos serviços, que deve assegurar:

a) A entrega *on-line* de requerimentos e de comunicações;

b) As consultas, pelos interessados, sobre o estado dos procedimentos;

c) A notificação, por via eletrónica, dos prestadores, nomeadamente quanto às decisões do InCI que lhes digam respeito;

d) A verificação automática da informação necessária à aplicação do regime previsto na presente lei, através da ligação com as bases de dados das autoridades competentes.

2 - O InCI reconhece as autorizações legalmente detidas, bem como os requisitos já cumpridos pelas empresas de construção para o exercício da atividade em Portugal ou noutros Estados do espaço económico europeu, que sejam equivalentes ou essencialmente comparáveis quanto à finalidade.

3 - Nos termos do número anterior, as listas referidas nas alíneas a) a f) do n.º 1 do artigo 50.º valem com documentos comprovativos de idoneidade comercial nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos.

4 - Para efeitos da verificação do cumprimento dos requisitos previstos na presente lei, o InCI aceita os documentos emitidos noutros Estados do espaço económico europeu, que tenham uma finalidade equivalente ou que provem a verificação daqueles requisitos, devendo promover a obtenção de quaisquer informações suplementares junto das respetivas autoridades competentes.

5 - Para comprovação do preenchimento dos requisitos, é suficiente a apresentação, eletrónica ou em formato de papel, de cópia simples dos documentos, podendo o InCI, em caso de dúvida, exigir a exibição dos respetivos originais ou de cópias autenticadas ou certificadas dos mesmos.

6 - Quando os documentos a que se refere o número anterior estejam disponíveis na Internet, o requerente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao InCI o sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos se encontrem redigidos em língua portuguesa ou inglesa.

Artigo 46.º

Idioma dos documentos

1 - Os documentos referidos na presente lei devem ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 - No caso de documentos originalmente não redigidos em língua portuguesa ou inglesa, o InCI pode solicitar a respetiva tradução, quando tal se justifique em função da tecnicidade ou complexidade dos mesmos.

Artigo 47.º

Acesso aos documentos

O InCI deve vedar o acesso a documentos constantes dos processos das empresas, cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida das empresas, nos termos da legislação sobre acesso a documentos administrativos.

Artigo 48.º

Modelos e impressos

Os modelos a utilizar em cumprimento do disposto na presente lei são aprovados pelo conselho diretivo do InCI e disponibilizados na respetiva página eletrónica, acessível através do balcão único eletrónico dos serviços.

Artigo 49.º

Dever de cooperação

1 - As entidades públicas têm o dever de prestar ao InCI toda a colaboração que este lhes solicitar, facultando os dados e documentos necessários à aplicação da presente lei.

2 - Para desenvolvimento da colaboração a que se refere o número anterior, o InCI pode celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a verificação dos requisitos de exercício da atividade de construção.

3 - A cooperação administrativa relativa a empresas de construção estabelecidas noutros Estados do espaço económico europeu é realizada nos termos do capítulo VI do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

Artigo 50.º

Informações sobre as empresas de construção

1 - São publicitadas na página eletrónica do InCI, acessível através do balcão único eletrónico dos serviços, as seguintes informações respeitantes a empresas de construção que operem em Portugal:

a) Lista de empresas com alvará de empreiteiro de obras públicas;

b) Lista de empresas com alvará de empreiteiro de obras particulares;

c) Lista de empresas com certificado de empreiteiro de obras públicas;

d) Lista de empresas com certificado de empreiteiro de obras particulares;

e) Lista de empresas com declarações de habilitação para determinadas obras públicas, nos termos do artigo 22.º;

f) Lista de empresas de construção estabelecidas noutros Estados do espaço económico europeu e com registo válido no InCI, enquanto estabelecidas em Portugal ou em regime de livre prestação de serviços, para a execução de obras particulares;

g) Lista de empresas com alvará, certificado, registo ou declaração de habilitação cancelados há menos de um ano;

h) Lista de sanções de natureza contraordenacional e medidas cautelares aplicadas por decisão definitiva.

2 - A publicitação das decisões de aplicação de sanções e das medidas cautelares a que se refere a alínea h) do número anterior deve ser mantida durante os seguintes períodos:

a) Nas sanções aplicadas, a título principal, em processo de contraordenação, durante dois anos contados da definitividade ou do trânsito em julgado da decisão que as aplicou;

b) Nas sanções acessórias, durante o prazo de duração das mesmas;

c) Nas medidas cautelares, durante o prazo de duração das mesmas ou até ao seu levantamento ou revogação.

Artigo 51.º

Taxas

1 - As empresas estabelecidas em Portugal para o exercício da atividade de construção em território nacional estão sujeitas ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do respetivo sistema de controlo prévio, bem como com a supervisão, fiscalização e regulação da respetiva atividade.

2 - As taxas constituem receita do InCI e são objeto de regulamentação por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Economia.

Artigo 52.º

Contagem de prazos

Na contagem de todos os prazos fixados na presente lei aplicam-se as normas do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 53.º

Norma revogatória

São revogados:

a) O Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro;

b) A Portaria n.º 14/2004, de 10 de janeiro;

c) A Portaria n.º 16/2004, de 10 de janeiro;

d) A Portaria n.º 18/2004, de 10 de janeiro;

e) A Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro.

Artigo 54.º

Entrada em vigor, produção de efeitos e disposições transitórias

1 - A presente lei entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 - Aos processos em curso no InCI à data da entrada em vigor da presente lei aplicam-se, nas situações em que tal se revele mais favorável para os interessados, as normas que vigoravam à data da respetiva abertura.

3 - Os alvarás emitidos ao abrigo da legislação anterior, válidos à data de entrada em vigor da presente lei, passam a ter validade indeterminada no tempo, sem necessidade de qualquer formalismo adicional, enquanto alvarás de empreiteiro de obras públicas.

4 - Os títulos de registo emitidos ao abrigo da legislação anterior, válidos à data de entrada em vigor da presente lei, passam a ter validade indeterminada no tempo, sem necessidade de qualquer formalismo adicional, enquanto certificados de empreiteiro de obras públicas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Anexo I

Descrição das categorias e subcategorias de obras e trabalhos e respetivas qualificações profissionais mínimas exigidas para a execução de empreitadas de obras públicas

(a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º)

| Categorias | Subcategorias | Qualificações mínimas (em alternativa, exceto em caso de reserva de |
|------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------|
|------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------|

| | | atividade) |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. ^a – Edifícios e património construído | 1. ^a - Estruturas e elementos de betão | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Pedreiro, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 2. ^a - Estruturas metálicas | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico/engenheiro técnico mecânico, até à classe 5 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 1 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2 • Serralheiro Civil, (até à classe 2) |
| | 3. ^a - Estruturas de madeira | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 6 • Engenheiro técnico mecânico de Madeiras, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Carpinteiro de estruturas, até à classe 1 • Carpinteiro de limpos, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com estruturas de madeira), até à classe 2 |
| | 4. ^a - Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 3 • Pedreiro, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 5. ^a - Estuques, pinturas e outros revestimentos | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico/engenheiro técnico mecânico, até à classe 1 • Arquiteto • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Pedreiro, até à classe 1 • Carpinteiro de limpos, até à classe 1 • Estucador, até à classe 1 • Ladrilhador, até à classe 1 • Pintor, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na |

| | | |
|--|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <p>área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 6. ^a - Carpintarias | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro Técnico mecânico de Madeiras, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Carpinteiro, até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com carpintaria), até à classe 2 • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 7. ^a - Trabalhos em perfis não estruturais | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico • Engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Engenheiro de Materiais, até à classe 6 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 6 • Arquiteto • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Serralheiro Civil, até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2 • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 8. ^a - Canalizações e condutas em edifícios | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico • Engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 3 • Engenheiro Ambiente/ Engenheiro Técnico Ambiente, até à classe 1 • Arquiteto • Técnico de gás, até à classe 2 • Instalador de redes de gás, até à classe 2 • Canalizador, até à classe 2. • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnicos instaladores de caldeiras e fornos de biomassa, de bombas de calor e de sistemas solares térmicos, até à classe 2 |
| | 9. ^a - Instalações sem qualificação específica | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico • Engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Engenheiro de Materiais, até à classe 6 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 6 • Engenheiro Técnico mecânico de Madeiras, até à classe 6 |

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro de segurança • Engenheiro técnico de segurança • Arquiteto • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Carpinteiro de limpos, até à classe 1 • Estucador, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. |
| | 10. ^a - Restauro de bens imóveis histórico-artísticos | <ul style="list-style-type: none"> • Arquiteto • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Técnico Superior de Conservação e Restauro Técnico de Conservação e Restauro, até à classe 6 • Técnico especialista em Conservação e Restauro de Madeira (Escultura e Talha), até à classe 2 |
| 2. ^a - Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas | 1. ^a - Vias de circulação rodoviária e aeródromos | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. |
| | 2. ^a - Vias de circulação ferroviária | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 |
| | 3. ^a - Pontes e viadutos de betão | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. |
| | 4. ^a - Pontes e viadutos metálicos | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 |
| | 5. ^a - Obras de arte correntes | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. |
| | 6. ^a - Saneamento básico | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro do ambiente • Engenheiro técnico do ambiente • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Pedreiro, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. |
| | 7. ^a - Oleodutos e gasodutos | <ul style="list-style-type: none"> • Técnico de Gás • Instalador de redes de gás, até à classe 2 |
| | 8. ^a - Calçetamentos | <ul style="list-style-type: none"> • Arquiteto paisagista • Engenheiro agrónomo • Engenheiro técnico agrário agrónomo, até à classe 6 • Engenheiro civil |

| | | |
|--|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 3 • Engenheiro geologia e minas/ Engenheiro técnico Geotécnica geologia e minas, até à classe 3 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Pedreiro, até à classe 1 • Calceteiro, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 9. ^a - Ajardinamentos | <ul style="list-style-type: none"> • Arquiteto paisagista • Engenheiro agrónomo • Engenheiro técnico agrário agrónomo, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 3 • Engenheiro civil /engenheiro técnico civil, até à classe 3 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnico de jardinagem e espaços verdes até à classe 2 • Operador de jardinagem, até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com ajardinamentos), até à classe 2 • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 10. ^a - Infraestruturas de desporto e de lazer | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquiteto paisagista • Engenheiro agrónomo • Engenheiro técnico agrário agrónomo, até à classe 6 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com infraestruturas de desporto e de lazer), até à classe 2 • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 11. ^a - Sinalização não elétrica e dispositivos de proteção e segurança | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico /engenheiro técnico mecânico, até à classe 4 • Engenheiro geologia e minas/Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 3 • Engenheiro de segurança • Engenheiro técnico de segurança • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com sinalização não elétrica e dispositivos de proteção e segurança), até à classe 2 |

| | | |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3ª - Obras hidráulicas | 1.ª - Obras fluviais e aproveitamentos hidráulicos 2.ª - Obras portuárias 3.ª - Obras de proteção costeira 4.ª - Barragens e diques 5.ª - Dragagens 6.ª - Emissários | <ul style="list-style-type: none"> Engenheiro civil Engenheiro técnico civil, até à classe 6 Engenheiro geologia e minas /Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 5 – apenas para a 1ª e 3ª subcategorias Engenheiro do ambiente Engenheiro técnico do ambiente Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 1 |
| 4ª - Instalações elétricas e mecânicas | 1.ª - Instalações elétricas de utilização de baixa tensão | <ul style="list-style-type: none"> Engenheiro electrotécnico Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) Técnico responsável pela exploração de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 2 Técnico responsável pela execução de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 2 |
| | 2.ª - Redes elétricas de baixa tensão e postos de transformação | <ul style="list-style-type: none"> Engenheiro eletrotécnico Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) Técnico responsável pela exploração de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 2 Técnico responsável pela execução de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 2 |
| | 3.ª - Redes e instalações elétricas de tensão de serviço até 60 kV | <ul style="list-style-type: none"> Engenheiro eletrotécnico Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) |
| | 4.ª - Redes e instalações elétricas de tensão de serviço superior a 60 kV | <ul style="list-style-type: none"> Engenheiro eletrotécnico Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) |
| | 5.ª - Instalações de produção de energia elétrica | <ul style="list-style-type: none"> Engenheiro eletrotécnico Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) Técnico responsável pela execução e exploração de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 2 |
| | 6.ª - Instalações de tração elétrica | <ul style="list-style-type: none"> Engenheiro electrotécnico Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) |
| | 7.ª - Infraestruturas De telecomunicações | <ul style="list-style-type: none"> Instalador ITUR/ITED |

| | | |
|--|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | 8. ^a - Sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro eletrotécnico • Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência • Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) • Engenheiro eletrónico/engenheiro técnico eletrónico, até à classe 6 • Engenheiro mecânico/engenheiro técnico mecânico, até à classe 4 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 1 • Engenheiro de segurança • Engenheiro técnico de segurança • Técnico responsável pela execução e exploração de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 1 • Técnico responsável pela execução de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica nas áreas de educação e formação de Eletricidade e Energia e de Eletrónica e Automação (ou outra relacionada com sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção), até à classe 1 • Técnico acreditado pela ANPC, até à classe 1 |
| | 9. ^a - Ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro mecânico/engenheiro técnico mecânico • Engenheiro eletrotécnico /engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 3 de energia e sistema de potência • Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) • Engenheiro eletrónico/engenheiro técnico eletrónico, até à classe 3 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica nas áreas de educação e formação de Eletricidade e Energia e de Eletrónica e Automação (ou outra relacionada com ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes) até à classe 1 |
| | 10. ^a - Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração | <ul style="list-style-type: none"> • Técnico qualificado, nos termos do RSECE • Técnico de Instalação e Manutenção de sistemas de climatização (TIM) de nível II, até à classe 1 • Técnico de Instalação e Manutenção de sistemas de climatização (TIM) de nível III, até à classe 2 • Eletromecânico de climatização e refrigeração Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica nas áreas de educação e formação de Eletricidade e Energia e de Eletrónica e Automação (ou outra relacionada com aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração), até à classe 1 |
| | 11. ^a - Estações de tratamento ambiental | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro mecânico • Engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica nas áreas de educação e formação de Eletricidade e Energia, Eletrónica e Automação, Proteção do Ambiente (ou outra relacionada com estações de tratamento ambiental), até à classe 2 |

| | | |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | 12. ^a - Redes de distribuição e instalações de gás | <ul style="list-style-type: none"> • Profissionais do quadro técnico das Entidades Instaladoras de Gás (EI), nos termos do respetivo regime jurídico |
| | 13. ^a - Redes de ar comprimido e vácuo | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro mecânico • Engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Engenheiro eletrotécnico /engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 3 de energia e sistema de potência • Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 1 • Técnico de gás, até à classe 1 • Técnico responsável pela exploração de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 1 • Técnico responsável pela execução de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 1 |
| | 14. ^a - Instalações de apoio e sinalização em sistemas de transportes | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro eletrotécnico • Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência • Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) • Engenheiro eletrónico/engenheiro técnico eletrónico, até à classe 5 • Engenheiro mecânico/engenheiro técnico mecânico, até à classe 3 |
| | 15. ^a - Outras instalações mecânicas e eletromecânicas | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro mecânico • Engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Engenheiro eletrotécnico • Engenheiro técnico eletrotécnico, até à classe 6 de energia e sistema de potência • Engenheiros técnicos de electrónica e telecomunicações (apenas classe 6) • Engenheiro eletrónico/engenheiro técnico eletrónico, até à classe 3 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 1 • Técnicos instaladores de caldeiras e fornos de biomassa, de bombas de calor, de sistemas fotovoltaicos e de sistemas solares térmicos, até à classe 2 • Técnico responsável pela exploração de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 1 • Técnico responsável pela execução de instalações eléctricas de serviço particular, até à classe 1 |
| 5. ^a - Outros trabalhos | 1. ^a - Demolições | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 3 • Licenciado em Geologia, até à classe 2 • Técnico de obra (Conductor de obra), até à classe 2 • Pedreiro, até à classe 1 • Conductor Manobrador de Equipamentos de Movimentação de Terras, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. |

| | | |
|--|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | 2. ^a - Movimentação de terras | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquiteto, até à classe 1 • Licenciado em Geologia, até à classe 2 • Engenheiro geologia e minas • Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 6 • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 4 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Condutor Manobrador de Equipamentos de Movimentação de Terras, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com movimentação de terras), até à classe 2 |
| | 3. ^a - Túneis e outros trabalhos de geotecnia | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Licenciado em Geologia, até à classe 7 • Engenheiro geologia e minas • Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 5 |
| | 4. ^a - Fundações especiais | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Licenciado em Geologia, até à classe 7 • Engenheiro geologia e minas • Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 5 |
| | 5. ^a - Reabilitação de elementos estruturais de betão | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 |
| | 6. ^a - Paredes de contenção e ancoragens | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro geologia e minas • Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 6 |
| | 7. ^a - Drenagens e tratamento de taludes | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquitetos paisagistas, até à classe 1 • Engenheiro agrónomo/Engenheiro técnico agrário agrónomo, até à classe 1 • Engenheiro geologia e minas • Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 6 • Licenciado em Geologia, até à classe 2 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Pedreiro, até à classe 1 • Condutor Manobrador de Equipamentos de Movimentação de Terras, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com drenagens e tratamento de taludes), até à classe 2 |
| | 8. ^a - Reparações e | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil |

| | | |
|--|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | tratamentos superficiais em estruturas metálicas | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico/engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Engenheiro de Materiais, até à classe 6 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 6 • Técnico de obra (Conductor de obra), até à classe 2 • Serralheiro Civil, até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com reparações e tratamentos superficiais em estruturas metálicas) até à classe 2 |
| | 9. ^a - Armaduras para betão armado | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquitetos, até à classe 6 • Técnico de obra (Conductor de obra), até à classe 2 • Armador de Ferro, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. • Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia (ATAE), até à classe 2 |
| | 10. ^a - Cofragens | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquitetos, até à classe 6 • Engenheiro técnico mecânico de Madeiras, até à classe 3 • Técnico de obra (Conductor de obra), até à classe 2 • Carpinteiro de estruturas, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até à classe 2. |
| | 11. ^a - Impermeabilizações e isolamentos | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico/engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Arquitetos, até à classe 3 • Engenheiro químico/engenheiro técnico químico e biologia, até à classe 1 • Técnico de obra (Conductor de obra), até à classe 2 • Pintor, até à classe 1 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil, até á classe 2. |
| | 12. ^a - Andaimos e outras estruturas provisórias | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Engenheiro mecânico, até à classe 6 • Engenheiro técnico mecânico, até à classe 6 • Arquitetos, até à classe 2 • Engenheiro Metalúrgico, até à classe 1 • Técnico de obra (Conductor de obra), até à classe 2 • Armador de Ferro, até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e |

| | | |
|--|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | Engenharia Civil, até à classe 2. |
| | 13. ^a - Caminhos agrícolas e florestais | <ul style="list-style-type: none"> • Engenheiro civil • Engenheiro técnico civil, até à classe 6 • Arquitetos paisagistas • Arquiteto, até à classe 1 • Engenheiro agrónomo • Engenheiro técnico agrário agrónomo, até à classe 6 • Engenheiro geologia e minas • Engenheiro técnico geologia Geotécnica e minas, até à classe 6 • Licenciado em Geologia, até à classe 2 • Técnico de obra (Condutor de obra), até à classe 2 • Condutor Manobrador de Equipamentos de Movimentação de Terras, até à classe 1 • Operador de máquinas agrícolas, até à classe 2 • Técnico de máquinas florestais, até à classe 2 • Técnico com Diploma de Especialização Tecnológica na área de educação e formação Construção Civil e Engenharia Civil (ou outra relacionada com caminhos agrícolas e florestais), até à classe 2 |

Nota relativa às qualificações dos técnicos:

1 - As qualificações dos técnicos identificadas no presente anexo são exigidas sem prejuízo do disposto na Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto.

2 - Os referenciais de qualificações de nível não superior exigidos para as profissões identificadas no presente Anexo a que não correspondam profissões regulamentadas por lei especial são os constantes do Catálogo Nacional de Qualificações, nos termos do artigo 3.º da Portaria n.º 781/2009, de 23 de julho.

3 - As qualificações dos técnicos referidos no presente Anexo são comprovadas do seguinte modo:

a) Através da sua inscrição nas respetivas associações públicas profissionais e colégios de especialidade, quando a mesma for obrigatória para o exercício da profissão;

b) Pela exibição dos respetivos títulos profissionais nacionais, quando exigíveis;

c) Pela exibição de diploma ou certificado de qualificações, ou equivalente, emitido por entidade formadora do Sistema Nacional de Qualificações, nos casos em que as alíneas anteriores não se apliquem;

d) Pela exibição de diploma ou certificado de curso de formação emitido em momento anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que nos termos da lei vigente à data da sua emissão conduziu à obtenção de certificado de aptidão profissional;

e) Pela exibição de certificado de aptidão profissional emitido ao abrigo de legislação anterior ao Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho

f) Nos casos em que a alínea a) não se aplique, através do reconhecimento de qualificações obtidas fora de Portugal, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, por profissionais nacionais de Estados do espaço económico europeu, estabelecidos em território nacional ou sujeitos ao artigo 6.º daquela lei, realizado pela autoridade setorialmente competente para o controlo da profissão em causa, nos termos da legislação aplicável, ou, caso tal autoridade não esteja designada, pelo InCI;

g) Através de declaração prévia nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, tratando-se de profissionais em livre prestação de serviços em território nacional que não estejam abrangidos pelas alíneas a) e f) do presente ponto, apresentada perante a autoridade setorialmente competente para o controlo da profissão em causa, nos termos da legislação aplicável, ou, caso tal autoridade não esteja designada, pelo InCI.

4 - Os certificados de aptidão profissional emitidos em momento anterior à entrada em vigor do Decreto-lei n.º 92/2011, de 27 de julho, e válidos a essa data consideram-se emitidos sem dependência de qualquer período de validade, não carecendo de ser objeto de renovação nem de ser substituídos nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 18.º do referido decreto-lei.

Anexo II

Subcategorias de trabalhos enquadráveis nos certificados

de empreitadas de obras públicas
(a que se refere o nº 2 do artigo 7.º)

| Subcategorias |
|------------------------------------------------------------------|
| a) Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias; |
| b) Estuques, pinturas e outros revestimentos; |
| c) Carpintarias; |
| d) Trabalhos em perfis não estruturais; |
| e) Canalizações e condutas em edifícios; |
| f) Instalações sem qualificação específica; |
| g) Restauro de bens imóveis histórico-artísticos; |
| h) Calçetamentos; |
| i) Ajardinamentos; |
| j) Instalações elétricas de utilização de baixa tensão; |
| l) Infraestruturas de telecomunicações; |
| m) Sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção; |
| n) Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração; |
| o) Redes de distribuição e instalações de gás; |
| p) Demolições; |
| q) Movimentação de terras; |
| r) Armaduras para betão armado; |
| s) Cofragens; |
| t) Impermeabilizações e isolamentos. |

Anexo III

Número mínimo de pessoal técnico na área da produção e da segurança
de empreiteiros de obras públicas
(a que se refere o nº 2 do artigo 10.º)

Quadro 1

Número mínimo de pessoal na área da produção

| Classes de obras (Conforme Portaria a que se refere o Nº 2 do artigo 6.º) | Número mínimo de Técnicos (com as qualificações previstas no anexo I) |
|------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | 1 |
| 2 | 1 |
| 3 | 1 |
| 4 | 1 |
| 5 | 1 |
| 6 | 2 |
| 7 | 4* |
| 8 | 8* |
| 9 | 12* |

* Sendo pelo menos 50% Engenheiros ou Engenheiros Técnicos, com mais de 5 anos de experiência

Notas:

1 - As qualificações mínimas exigidas aos técnicos referidos no Quadro 1 dependem das categorias e subcategorias de obras e trabalhos, nos termos do Anexo I, para que a empresa de construção está habilitada.

2 - O número mínimo de técnicos é aferido, por empresa, para a globalidade das obras e trabalhos que pode executar nos termos do alvará, certificado ou declaração de habilitação de que seja titular. Contudo, nos casos em que a empresa, contratando o número mínimo de técnicos conforme dispõe o Quadro 1 deste Anexo, ainda assim não disponha de técnicos com as qualificações mínimas exigidas nos termos do Anexo I, atentas as categorias e subcategorias de obras e trabalhos para que está habilitada, é aquela obrigada a contratar tantos técnicos quantos os necessários para dispor das qualificações mínimas exigidas pelo Anexo I.

Quadro 2

Número mínimo de pessoal na área da segurança no trabalho de empreiteiros de obras públicas

| Classes de obras (Portaria a que se refere o n.º 4 do artigo 4.º) | Técnicos Superiores de Segurança no Trabalho (TSST) | Técnicos de Segurança no Trabalho (TST) |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| 6 | ----- | 1 |
| 7 | 1 | 1 |
| 8 | 1 | 2 |
| 9 | 2 | 1 |

Nota:

Para efeito do cumprimento do número mínimo de pessoal de segurança é considerado o pessoal ao serviço de uma empresa de construção em regime de prestação direta ou integrada em serviço interno, comum ou externo de segurança e saúde no trabalho, nos termos da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, **conjugada com a Portaria n.º 384/2012, de 26 de novembro e com a Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto.**

Projeto para circulação e agendamento

Diploma:

Forma de ato: Proposta de Lei

Gabinete Responsável: Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego/ Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sumário a publicar em Diário da República:

Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.

Impacto legislativo:

1. Audições obrigatórias

Executadas Sim Não **X**

Quais:

(acrescentar se necessário)

1.b. Audições facultativas

Executadas Sim **X** Não **X**

Quais: Comissão Reguladora do Acesso a Profissões

(acrescentar se necessário)

2. Número de procedimentos administrativos: o projecto mantém, cria ou reduz procedimentos administrativos?

| | |
|-----------------|---------------|
| Mantém: | Não aplicável |
| Cria: | Quantos: |
| Reduz: X | Quantos: |

3. Número de obrigações de prestação de informação: o projecto cria, mantém ou reduz obrigações de prestação de informação por Privados ao Estado (assinalar a opção aplicável)?

| | |
|----------------|---------------|
| Mantém: | Não aplicável |
| Cria: | Quantos: |
| Reduz X | Quantos: |

4. Taxas: o projecto cria, mantém ou reduz o número de taxas existente?

| | |
|------------------|---------------|
| Mantém: X | Não aplicável |
| Cria: | Quantos: |
| Reduz | Quantos: |

5. Receita pública: o projecto mantém, aumento ou reduz a receita pública?

| | |
|------------------|-----------------|
| Mantém: X | Não aplicável |
| Aumenta: | Referir quanto: |
| Reduz | Referir quanto: |

6. Despesa pública: o projecto mantém, aumento ou reduz a receita pública?

| | |
|------------------|-----------------|
| Mantém: X | Não aplicável |
| Aumenta: | Referir quanto: |
| Reduz | Referir quanto: |

7. Recursos humanos: o projecto implica manutenção, aumento ou redução de recursos humanos?

| | |
|------------------|---------------|
| Mantém: X | Não aplicável |
| Aumenta: | Quantos: |
| Reduz | Quantos: |

8. Ponderação na ótica das políticas de família e de natalidade

| | |
|---------------|-------|
| Sim: | Qual: |
| Não: X | |

8.b. Implicações com igualdade de género

| | |
|------|----------|
| Sim: | Qual: |
| Não: | X |

9. Proceder à avaliação sucessiva do impacto

Sim

Não **X**

10. Legislação a alterar

Quanto: 1

| | |
|----|--------------------------------|
| 1. | Lei n.º 31/2009, de 3 de julho |
| | |
| | |

(acrescentar se necessário)

11. Legislação a revogar

Quanto: 1

| | |
|----|------------------------------------------|
| 1. | Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro |
| 2. | Portaria n.º 14/2004, de 10 de janeiro |
| 3. | Portaria n.º 16/2004, de 10 de janeiro |
| 4. | Portaria n.º 18/2004, de 10 de janeiro |
| 5. | Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro |

(acrescentar se necessário)

12. Transposição do ato normativo da EU

Quanto:

| | |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sim | Qual: a Diretiva 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno |
| Não | |

13. Aprova convenção Internacional

| | |
|------|----------|
| Sim: | Qual: |
| Não: | X |

14. Regulamentos

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

(acrescentar se necessário)

15. Proposta de nota para a comunicação social

O Governo aprovou em Conselho de Ministros uma proposta de lei a apresentar à Assembleia da República que estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o acesso e o exercício da atividade de construção, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.